

## **POR UMA GEOGRAFIA CIDADÃ: FORMAÇÃO GEOGRÁFICA COMPLEMENTAR PARA ESTUDANTES DA APAE DE IMPERATRIZ**

**Autor: Erica da Silva Pereira**

Graduanda em Geografia

**Orientador: Allison Bezerra Oliveira**

Doutor em Geografia.

*Universidade Estadual do Maranhão – UEMA campus de Imperatriz. Email: cesi@uema.br*

### **Resumo**

O presente trabalho apresenta resultados possibilitados pelo programa de extensão da Universidade Estadual do Maranhão. Buscou-se enquanto objetivo principal, o desenvolvimento de oficinas temáticas com o objetivo de ensinar de forma lúdica geografia para estudantes com necessidades especiais atendidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Tal objetivo veio acompanhado do compromisso de reiterar os esforços em volta do debate sobre a inclusão e o ensino de geografia. Os resultados objetivos a partir das oficinas e visitas exploratórias realizadas sugerem que mesmo conhecimentos mais complexos da geografia, caso ensinados considerando as limitações dos estudantes e associados trazendo exemplos do cotidiano pode ser ensinado e apreendido de forma razoavelmente satisfatória.

**Palavras Chave:** Ensino de Geografia; Educação Inclusiva; APAE - Imperatriz.

### **INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva apresenta uma proposta de reestruturação da cultura, das práticas e das várias políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam às mais diversas diferenças existentes entre os estudantes. Neste contexto se inserem os resultados aqui apresentados neste artigo, oriundos de atividades de extensão promovidas pela Universidade Estadual do Maranhão. A proposta aqui apresenta, de forma sucinta, trata da promoção e reiteração de diálogos e desmistificação de alguns mitos acerca da educação inclusiva e do ensino de Geografia para estudantes com necessidades especiais.

Para tal, buscou-se a realização de oficinas temáticas com temas referentes à ciência geográfica na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Imperatriz. Além da verificação de como o ensino desta ciência é feita nesta instituição tão significativa, partiu-se do seguinte questionamento: Até que ponto, o ensino de conhecimentos mais técnicos de geografia poderiam ser feitos de forma lúdica para estudantes portadores de necessidades especiais? Além de promoção de dinâmicas e atividades de campo, buscou-se com este questionamento manter sempre constante o diálogo sobre a importância do ensino de geografia e a educação inclusiva.

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE fora fundada no dia 11 de dezembro de 1954, em sessão realizada na Associação Brasileira de Imprensa, na cidade do Rio de Janeiro, destinada a “promover o bem-estar dos excepcionais”. A construção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imperatriz, com base em informações apresentadas no site da instituição, deu-se em 1991, a partir de um grupo de mães de filhos com necessidades especiais. APAE de Imperatriz – MA, sociedade civil, filantrópica de caráter educacional e assistencial, mantenedora do Centro Educacional Melvin Jones e Centro de Reabilitação Dr. José Maria Nascimento Jr., tem por finalidade prestar atendimento às pessoas com Deficiência Intelectual, Múltipla, na faixa etária de recém-nascidos a idade adulta.

A APAE de Imperatriz, recorte especial das atividades desenvolvidas, é uma sociedade civil filantrópica de caráter educacional e assistencial, tem por finalidade prestar atendimentos às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, na faixa etária de recém-nascido a idade adulta. Para tal, o presente artigo está sistematizado da seguinte forma: primeiramente no tópico: “*as APAEs no Brasil e em Imperatriz: pioneirismo na prevenção e tratamento da pessoa com necessidades especiais*” busca-se contextualizar, primeiramente no seio do debate, esta instituição e sua relevância social. Em seguida, tratamos acerca do debate sobre a educação inclusiva no Brasil, destacando que ainda existe um longo caminho entre o que se espera e o que de fato se realiza no país. Após este tópico, tratamos do papel da geografia na compreensão de múltiplas realidades enquanto ciência também humana e onde, conseqüentemente, tem como papel importante na promoção do seu ensino da forma mais lúdica possível. Ao fim, tratamos dos resultados possibilitados pelas oficinas frutos de um ano de atividade de extensão.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: ENTRE O UTÓPICO E O REAL**

O direito à educação tem um sentido amplo, não se trata somente da educação escolar. Aprendemos desde o nosso nascimento até o momento da nossa morte. O processo de aprendizagem acontece em diversos momentos, na família, na comunidade, no trabalho, no grupo de amigos, na associação e também na escola. E devemos sempre lembrar que o conhecimento escolar é uma condição essencial para a sobrevivência e o bem-estar social. E levamos esses conhecimentos para toda a vida, além disso, a educação é um bem público da sociedade, porque é através da educação que nos tornamos conscientes dos nossos direitos e deveres. A educação possibilita que crianças, adolescentes, homens e mulheres saiam da pobreza, seja pela sua inclusão

no mundo do trabalho, ou por possibilitar a participação política em prol da melhoria das condições de vida de todos.

Sequenciando a compreensão acerca da importância da educação como direito universal a todos os cidadãos brasileiros, a CF de 1988 define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Para tal, tal concepção deve ser calcada em “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV).

No artigo 206 da CF de 88, encontrarmos os princípios que regem o ensino brasileiro, tendo como premissa “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” de acordo com o inciso I e “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, Sequencialmente em seu inciso III ela relaciona os deveres do Estado para com a educação, garantido o atendimento especializado às pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino”.

Compreendemos que a educação recomenda refletir sobre sua importância e sua necessidade urgente de vivermos com perfeição como pessoa e como cidadão envolvido na sociedade. No entanto, o modelo educacional atual requer políticas educacionais que atendam aos anseios exigidos nas diversas áreas da educação, com ênfase ao essencial de toda a educação, o ser humano. Nesse contexto, a prática das políticas públicas de educação inclusiva no âmbito educacional é relevante, pois contribui efetivamente com uma educação que fará a diferença.

A escola é a porta de entrada para a sociedade e não se pode permitir que uma comunidade tire os direitos do aluno em participar igualmente de todos os conhecimentos disponíveis dentro do processo educativo. E as leis que regem esse processo garantem ou tentam garantir a participação de todos os alunos ao ensino aprendizagem e com a qualidade a qual esses estudantes merecem.

Como objetivo de garantir o direito das pessoas com necessidades especiais tornando-as cidadãs e proporcionar a igualdade de oportunidades educacionais, algumas resoluções e documentos foram publicados em âmbito nacional e internacional no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, surgiram leis, resoluções, indicações e portarias que discutem das políticas da integração/inclusão.

Nesta conjuntura, a educação inclusiva constitui uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos de dividir um mesmo espaço escolar, sem discriminação de qualquer natureza. Dessa forma, a educação especial é entendida como um campo de conhecimento e uma modalidade transversal de ensino que decorre todos os níveis, etapas e modalidades.

Ao garantir a educação para todos nós a Constituição Federal está se referindo a todos mesmo, em um mesmo ambiente, e este pode e deve ser o mais diversificado possível, como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania (art. 205 CF).

Mesmo com legislação pertinente e relativamente consolidada com relação ao direito universal de educação e a própria educação inclusiva no Brasil, deve-se ressaltar, que com o advento da inclusão escolar, os próprios órgãos nacionais mais nobres, responsáveis e mentores do processo inclusivo (MEC, SEED, SEE) admitem encontrar muitas dificuldades em realizar a inclusão responsável (bem diferente daquela em que há “exclusão na inclusão”), onde todos os agentes envolvidos no processo sintam-se seguros, aptos e realizados com a ação educacional desenvolvida. Sobretudo, pelo fato de que, se de um lado nós temos questões em torno da deficiência auditiva, visual, de outro temos a deficiência física as multiplicidades da deficiente intelectual (RUIZ, 2008).

## **O PAPEL DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA NA COMPREENSÃO DE MULTIPLAS REALIDADES**

O conhecimento geográfico é base da constituição do homem como um ente no mundo. Desta forma temos que compreender que a noção de localização espacial, pontos cardeais, construção de mapas, entendimento de dinâmicas da natureza, por mais primitivos que seja, podem se traduzir em conhecimento geográfico. Desta forma, a geografia se confunde com a existência do homem, mesmo que ainda não sistematizada enquanto ciência.

Com o advento da Revolução Industrial, Consolidação do Capitalismo, Queda do Feudalismo, Revolução Francesa, Iluminismo e outros eventos, a geografia é sistematizada e se transforma em ciência academicamente reconhecida, como proposta de dialogar e buscar entender algumas das mudanças pelos quais o mundo passava e as até então ciências existentes não estavam conseguindo em sua totalidade.

Em cada ciência, o que diferencia das demais é o seu objeto. Cada ciência contribui para compreensão da ordem e da estrutura existentes, e o setor da Geografia é o das organizações espaciais. A abordagem da geografia científica está baseada na observação empírica, verificação de seus enunciados e na importância de isolar aos fatos de seus valores. Ao separar os valores atribuídos aos fatos dos próprios fatos, a ciência procura ser objetiva e imparcial (CHRISTOPOLETTI, 1985, p.16.).

A formação da cidadania inicia-se com a prévia formação profissional daqueles que mediam o conhecimento (SANTOS, 2013), assim como, faz se estritamente necessário que haja

comprometimento por parte desse profissional em formação. Ainda de acordo o autor, a partir da constituição de um novo olhar geográfico, foi imprescindível abandonar a geografia puramente descritiva e de memorização da “terra e o homem”, que dava importância somente às informações sobrepostas do relevo, clima e; desconsiderava a vertente humanística da geografia.

Na busca pela compreensão das relações econômicas, políticas, sociais e suas práticas nas escalas local, regional e global, a geografia concentra-se e contribui para com a realidade, para pensar o espaço enquanto uma totalidade na qual se passam todas as relações cotidianas e se estabelecem as redes sociais nas escalas supracitadas.

A Geografia como uma ciência crítica deve proporcionar situações desafiadoras para esse aluno, levando-o a agir sobre o ambiente. Ou de forma simples na concepção de Rousseau “Ajudá-los-emos os estudantes a formular problemas e a encontrar a solução através do seu próprio esforço. A aula será tanto mais eficaz quanto mais personalizada for”.

## **A GEOGRAFIA ENQUANTO CONHECIMENTO COMPLEMENTAR PARA OS ESTUDANTES DA APAE DE IMPERATRIZ: RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O ensino de Geografia é de fundamental importância em todos os níveis do processo educativo, porque contribui para a formação e a consolidação da cidadania na sociedade, e trazer conhecimentos complementares para esses estudantes reforça a nossa participação junto à ciência geográfica na construção de um saber que é pra toda vida. Diante disso foram feitas visitas exploratórias a instituição e foi elaborados questionários para assim conhecer melhor o ambiente a ser trabalhado.

A instituição não dispõe de professores na área de Geografia. Por conta disso há uma falta de compreensão sobre a importância de se trazer este tipo de conhecimento para esses estudantes, por isso percebemos a necessidade de se levar os principais temas da ciência geográfica para esses alunos, principalmente trabalhando de forma atrativa e lúdica.

Os principais temas trabalhados com os alunos foram: Noções de espacialidade, Hidrografia, Meio Ambiente, Organização do espaço geográfico e Mapas do Brasil e Maranhão, utilizando sempre recursos atrativos como computadores, pincéis, cartolinas, lápis de cor, cola, tinta guache, papel madeira e aparelho de som. Conseguindo assim resultados satisfatórios principalmente a interação total dos estudantes.

Conseguimos perceber através da prática, realizando as atividades de pinturas, colagem, danças e audiovisuais que é possível de forma didática trazer conhecimentos geográficos do cotidiano para esses estudantes da APAE. E assim trabalhar os principais temas da ciência geográfica em todo processo educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a proposta de contribuir no ensino de Geografia de forma lúdica e prazerosa para estudantes da APAE de Imperatriz trouxe resultados satisfatórios. As práticas realizadas na instituição refutam a concepção proposta na atividade de extensão, mostrando que é possível sim, ensinar conhecimentos nos vários âmbitos da Geografia, mesmo com a diversidade de limitações para os estudantes atendidos em APAEs.

É importante se destacar que o caminho da educação inclusiva é longo. A Geografia neste contexto enquanto uma ciência crítica tem papel fundamental na construção de conhecimentos essenciais para compreensão do mundo e da realidade em que vivemos. Não só refletindo sobre os vários desafios, mas propondo mecanismos para que suas competências sejam ensinadas de forma que atinjam a todos. Contudo acreditamos que trabalhos dessa natureza exigem mais tempo para outros temas geográficos serem trabalhados com os estudantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. *Historia*. Rio de Janeiro, 1991.

*Ata da Primeira Reunião Gral da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais*. 9 de Outubro de 1954. Sociedade Pestalozzi do Brasil, Rio de Janeiro (RJ).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. 2º ed. São Paulo: DEFEL, 1985.

APAEBRASIL. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**. Ano 2015. Disponível em: [www.imperatrizapaebrazil.org.br](http://www.imperatrizapaebrazil.org.br). Acesso em: 15/07/2016.

RUIZ, H. E. B. metodologias alternativas no aprendizado de pessoas com necessidades educacionais especiais, incluindo deficiência mental, em níveis diversificados de comprometimento.